

Acontecimento e memória: uma estratégia discursiva

(Event and memory: a discursive strategy)

Cristiane Pereira de Moraes e Sousa

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

cris.cri@terra.com.br

Abstract: This article aims to focus in the discourse of printed media, the role of memory as discursive effect of meaning that seeks to persuade the reader. From the device theoretical analysis of the speech derived from Pêcheux (1994) and Foucault (2005), we analyzed some sequences discursive, from the body of our master's research – in the magazines *Veja* and *Istoé* – on the referendum of 2005 weapons, which has characteristics in common, the memory. Thus, the speech of the printed media, by means of discursive strategies, encourages the reader / voter to a power position.

Keywords: *discursive memory; printed media; event; Veja; Istoé*

Resumo: Este artigo objetiva focar, no discurso da mídia impressa, o papel da memória discursiva enquanto efeito de sentido que visa a persuadir o leitor. A partir do dispositivo teórico da Análise do Discurso derivada de Pêcheux (1994) e Foucault (2005), analisamos algumas sequências discursivas, oriundas do *corpus* de nossa pesquisa de mestrado – nas revistas *Veja* e *Istoé* – sobre o referendo das armas 2005, que têm características em comum, a memória. Assim, o discurso da mídia impressa, por meio de estratégias discursivas, incita o leitor/eleitor a uma tomada de posição.

Palavras-chave: *memória discursiva; mídia impressa; acontecimento; Veja; Istoé.*

Introdução

Em 2005, o Brasil vivenciou mais um momento de democracia:¹ o referendo das armas. Neste, os eleitores deveriam escolher entre ratificar e rejeitar uma lei proposta pelo congresso, com a opção “sim” ou “não”, em relação ao desarmamento. Foi um acontecimento que movimentou todo o país, e inúmeras campanhas foram veiculadas na mídia, seja por meio de propagandas, seja em artigos impressos, seja em programas de televisão, revistas, dentre outras.

Nossa escolha recaiu sobre *Veja* e *Istoé*, por serem veículos jornalísticos, cada qual com um “perfil”, um tom de voz. *Veja* é a revista mais comprada no País e também uma das mais lidas no mundo, quarta maior publicação do gênero, conforme Hernandez (2006). E *Istoé*, sua concorrente, está entre as dez maiores revistas de informações do mundo, segundo a Editora Três.²

¹ O jornalista Bucci, ao falar sobre a liberdade de imprensa assevera que “a democracia garante a liberdade de imprensa, e a independência editorial é o requisito prático para que a liberdade de imprensa ganhe corpo e vida própria” (BUCCI, 2004, p. 58).

² Editora fundada em 1972 com a revista Planeta, além de outras publicações como: IstoÉ, IstoÉ Gente, IstoÉ Dinheiro, IstoÉ Platinum, Menu, Dinheiro Rural, Motor Show .

Partindo do princípio de que os sujeitos se enunciam de lugares ideologicamente marcados, o objetivo deste artigo é analisar e discutir os discursos de *Veja* e *Istoé*, acerca do referendo das armas 2005, suas estratégias, enfocando o papel da memória discursiva.

Surgem, então, questionamentos como: o modo como a informação é produzida já não traria em si ideologias, estratégias discursivas, com o objetivo de modificar o comportamento do leitor/eleitor, incitá-lo a uma tomada de posição? Quais seriam as estratégias discursivas utilizadas pelas revistas para atingir esse objetivo?

Este percurso analítico pela cobertura jornalística feita pelas revistas *Veja* e *Istoé*, de acontecimentos envolvendo o referendo, em que *Veja* se posicionou claramente a favor do “não”, enquanto *Istoé* tentou manter-se na imparcialidade, mostrando os dois lados “sim” e “não”, aponta para as forças de relação de poder da imprensa na sociedade global atual e de seu papel político. A mídia como ator político tem função reguladora e legitimadora da contemporaneidade.

Observamos que o discurso jornalístico informa a sociedade, contudo essa informação já vem moldada e formatada por meio de regras e procedimentos; além disso, os discursos têm um componente argumentativo, uma vez que todos visam a persuadir; no entanto, é necessário que o enunciador conheça o enunciatário/leitor para que tenha êxito no seu trabalho de persuasão (mecanismo de antecipação), que ele compartilhe de seu discurso.

Este artigo integra a nossa dissertação de mestrado, defendida em 2008, com o título “*Discurso e Mídia: o mote do desarmamento em Veja e Istoé*”, desenvolvida no Programa de Mestrado em Letras - UFMS/ *Campus* de Três Lagoas.

Percurso metodológico

Nossa pesquisa é de cunho qualitativo-interpretativo e, no que tange à coleta do *corpus*, selecionamos para a confecção deste artigo reportagens impressas acerca do referendo das armas, veiculadas pelas revistas *Veja* e *Istoé*, no mês de outubro de 2005.

Para a análise, procedeu-se ao recorte de quatro sequências discursivas, duas de cada revista pertinentes ao tema, selecionando aquelas que se apresentavam como mais polêmicas, ora pelo impacto causado, ora por apresentarem conexão com outra sequência discursiva escolhida, em face dos limites que se impõem à pesquisa qualitativa. Trabalhamos com a análise e interpretação de textos da mídia, ocupando a função-leitor que observa discursivamente o processo de construção de sentidos dos textos.

Consoante Pêcheux (1994), o recorte já é uma marca de interpretação e, ao analista, é impossível analisá-lo à distância. Destarte, o resultado obtido com a análise não é o único possível ao *corpus*, pois uma análise não é igual à outra, porque mobiliza conceitos distintos e isso tem resultados determinantes na descrição dos materiais. Logo, até um mesmo analista, elaborando uma questão diferente, poderia mobilizar conceitos variados, fazendo distintos recortes conceituais.

Para a análise dos dados, utilizamos os pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD), derivada da linha de Pêcheux, matizada com tons foucaultianos, e, tendo em vista que a análise teve como foco o discurso jornalístico em revistas de atualidades

– *Veja e Istoé* –, também recorreremos a alguns estudiosos da mídia, como, Bucci (2004) e Hernandes (2004)-(2006).

A AD, conforme Orlandi (2005, p. 59), não busca o “sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica”; logo, tratamos dos fatos de linguagem, com sua memória, sua espessura semântica e sua materialidade linguístico-discursiva.

Por conseguinte, nosso procedimento metodológico é o adotado pela AD, procurando aliar a teoria à prática, num movimento em que o *corpus* em análise e a teoria estão sempre em contato.

Discurso jornalístico: acontecimento e memória

A memória da qual trata a AD pode ser compreendida como “um espaço móvel de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização...um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999, p. 56). Ela não é, portanto, um reservatório, que poderia ser concebido como uma esfera plena, e sim um espaço heterogêneo, não podendo ser frasco sem exterior, haja vista que o outro interno, em toda memória, é a marca do real histórico como remissão ao outro externo.

Quando nos referimos à memória discursiva, não se trata de lembranças que temos do passado, ou recordações que um indivíduo tem do que já passou. A memória é constitutiva do discurso; não a memória individual, psicológica, enquanto “registro mecânico”, porém a memória enquanto fato social. A memória discursiva é o interdiscurso, todo o saber (e o dizer) já-dito, “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (lembrando Pêcheux). É o Outro no Eu. Como assevera Fernandes:

esse espaço de memória como condição do funcionamento discursivo constitui um corpo sócio-histórico-cultural. Os discursos exprimem uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos. É uma memória coletiva, até mesmo porque a existência de diferentes tipos de discurso implica a existência de diferentes grupos sociais. Um discurso engloba coletividade dos sujeitos que compartilham aspectos socioculturais e ideológicos, e mantém-se em contraposição a outros discursos. Trata-se de acontecimentos exteriores e anteriores ao texto, e de uma interdiscursividade, refletindo materialidades que intervêm na sua construção. (FERNANDES, 2007, p. 59-60)

Assim, é nesse espaço que o discurso vai ser construído, pois no discurso, enunciados de outras enunciações são trazidos pelo enunciador (memória institucional – arquivo), com a finalidade de produzir novos sentidos (memória constitutiva) que conduzam ao efeito de sentido esperado na leitura do seu texto (ou não esperado – não há como ter controle sobre isso; as coisas significam independentemente de nossa vontade). Posto isso, a memória social é reconstruída na enunciação, o que faz que todo e qualquer discurso produzido torne-se objeto de retomada. Ou seja, é repetição, mas é também transformação; o discurso traz em si saberes já conhecidos, reconhecíveis (a memória institucional ou de arquivo) e um sentido novo que se altera a cada enunciação nova, em razão da historicidade que afeta todo dizer (a memória constitutiva). Há, portanto, uma junção do velho (o já dito) e o novo (o ainda a dizer).

Destarte, o passado “memorizado” vai estar presente nos diferentes discursos, e

aqui podemos citar o discurso jornalístico, objeto de nosso estudo, que, a partir de reformulações, vai readaptar-se ao novo acontecimento. Embora este parta de um determinado enunciado, vai haver um deslocamento do seu uso, possibilitando uma nova contextualização. Trata-se de um acontecimento único, um fato definido num determinado tempo e num determinado espaço, mas que permite, no enunciado, a representação de outros fatos. É aí, nesta concretização discursiva, que a memória se evidencia.

Para Pêcheux, a memória discursiva

seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

Dessa forma, ao ler um texto que surge como um acontecimento, os implícitos são restabelecidos. O seu sentido somente será recuperado se recorrermos à memória, já que não há uma palavra original; no entanto um “novo” acontecimento também pode deslocar os implícitos associados a um acontecimento anterior, a um sistema de regularização, ou vir a coexistir junto a ele.

Isso nos leva a dizer que os sentidos de um discurso são possíveis porque recuperamos o seu já-dito por meio dessa memória, pois, em cada enunciação, intervém a situação imediata, além da história e da memória (um trabalho conjunto entre a memória institucional e a constitutiva). Por isso, qualquer enunciado será sempre uma resposta a enunciados passados. Logo, toda formulação deve ser analisada por dois eixos: o vertical, que inclui a memória discursiva, o interdiscurso, e o horizontal, que trata da materialidade discursiva (aquilo que estamos dizendo em um dado momento, em dadas condições – intradiscurso).

Veja e Istoé: estratégias de persuasão

É comum a mídia recorrer à memória como estratégia de persuasão e convencimento, a exemplo dos enunciadores *Veja e Istoé*, que utilizam a memória como estratégia discursiva para persuadir e convencer o leitor a crer no seu discurso sobre o referendo das armas. Trata-se da memória institucional, que pode ser manipulada, mobilizada, a que atinge os saberes já conhecidos e arquivados em uma sociedade.

Por meio das sequências discursivas analisadas, mostramos a forma como discursos presentes na memória social, na memória de uma cultura são retomados e resignificados no discurso jornalístico, pelas revistas *Veja e Istoé*, pois todo discurso produz sentidos a partir de outros sentidos já cristalizados na sociedade, e que são reavivados no intradiscurso. Dessa maneira, o discurso vai se relacionar com outros discursos e com as condições de produção em que ocorreram. Também mostramos como essa memória discursiva se apresenta e é renovada semanticamente nos enunciados acerca do desarmamento.

As sequências discursivas analisadas em seguida têm características em comum, a memória, ou seja, discursos que vão ideologicamente na mesma direção, trazendo à tona outras memórias, fazendo que os acontecimentos que se encontram desprezados, à

margem da história cristalizada, sejam reativados por meio de seus discursos.

Iniciemos pela revista *Veja*.

- (01) O poder público brasileiro tem uma larga tradição em abster-se de enfrentar os problemas de forma realista e racional para buscar soluções no mundo do faz-de-conta. São planos que prometem ‘matar o tigre com uma bala só’, como dizia o presidente Fernando Collor de Mello a respeito da inflação. (*Veja*, 05/10/2005, p. 80).

Nesse segmento encontramos vestígios do interdiscurso, da memória discursiva: o seu discurso está imbuído de traços de ironia. Como notamos no emprego de “O poder público brasileiro”, “larga tradição”, “abster-se de enfrentar os problemas de forma realista e racional”, “soluções no mundo do faz-de-conta”. Segundo Brait (1996, p. 105), “a dupla leitura mobilizada pelo enunciado irônico envolve formas de interação entre sujeitos, bem como a relação com o objeto da ironia e com as estratégias lingüístico-discursivas que põe em movimento o processo.” Em outras palavras, jogando com a ambiguidade, o discurso irônico sinaliza ao leitor possibilidades de leitura, caminhos para a percepção do discurso do outro.

Assim, com o enunciado “O poder público brasileiro tem uma larga tradição em abster-se de enfrentar os problemas de forma realista e racional para buscar soluções no mundo do faz-de-conta”, interpretamos como é comum, trivial, o poder público não enfrentar os problemas, mas procurar alternativas no mundo irreal, dos contos de fadas. Temos o pressuposto de que o referendo das armas é mais uma solução fictícia, que não se baseia em fatos, por isso o leitor pode/deve olhar com mais atenção para o plano que se refere ao desarmamento. Dentro dessa perspectiva, consideramos que o enunciador não acredita no plano do governo acerca da proibição do comércio de armas, e retoma uma citação do presidente Collor de Mello acerca da inflação: “matar o tigre com uma bala só”.

Diante disso, ironizando o discurso do outro, por meio da memória discursiva, o enunciador leva o enunciatário, seu público-alvo, a relacionar o poder público ao presidente Collor e o referendo das armas à inflação. Temos que o governo Collor tinha um plano para acabar com a inflação e agora o poder público tem um plano para acabar com a violência, a criminalidade. Utilizando-se da estratégia da memória, mais uma vez a revista aposta nos sentidos cristalizados da sociedade, para que relacionem os fatos acontecidos com a atualidade. Haja vista as medidas terem sido inócuas com desfechos infelizes, a despeito da inflação e do mandato do presidente que acabou (1992) em *impeachment*.³

Como destaca Pêcheux,

todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]. Toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. (PÊCHEUX, 2002, p. 53)

³ Segundo o dicionário eletrônico Aurélio, **impeachment** [ImÈpijtSmönt] [Ingl.] Substantivo masculino. 1.No regime presidencialista, ato pelo qual se destitui, mediante deliberação do legislativo, o ocupante de cargo governamental que pratica crime de responsabilidade; impedimento.

Portanto, há também outra interpretação, pois, na então atual conjuntura do país (a de 2005), a política no Brasil estava em crise, imersa em escândalos, corrupções, CPIs. Enfatiza, também, o descrédito da população no governo e em suas medidas, o que gera uma rejeição a qualquer medida que possa partir dele, nesse caso, o referendo das armas, e, por conseguinte, o leitor/eleitor provavelmente votará “não”, compactuando com o discurso da revista.

Logo, podemos dizer que, por meio da memória, os efeitos produzidos pelo cruzamento do interdiscurso com o intradiscursos atuam como estratégias de convencimento e persuasão do enunciador *Veja*.

- (02) O desarmamento da população é historicamente um dos pilares do totalitarismo. Hitler, Stalin, Mussolini, Fidel Castro e Mao Tsé-Tung estão entre os que proibiram o povo de possuir armas. (*Veja*, 05/10/2005, p. 84).

Nessa sequência discursiva, o passado “memorizado” está presente no discurso político do enunciador *Veja*, que, a partir de reformulações vai readaptá-lo ao novo acontecimento: ao desarmamento.

Como nos lembra Foucault (2005, p.31), “um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente”. Assim também é o discurso jornalístico, pois todo enunciado é um acontecimento novo, único; dessa forma, funciona como perspectiva necessária para que o enunciador, por meio do seu discurso, provoque no público-alvo uma tendência ao efeito de sentido esperado.

Veja, cujo discurso é o do “não”, retoma discursos que estão presentes na memória social, coletiva, como estratégia de persuasão, como é possível identificar na primeira parte do enunciado. O enunciador leva o enunciatário/leitor, por intermédio da memória, a relacionar o desarmamento ao regime de governo totalitário.⁴ Recorre dessa forma à história, à produção de acontecimentos que significam no modo como os nomes de líderes políticos estão relacionados ao regime totalitário: “Hitler, Stalin, Mussolini, Fidel Castro e Mao Tsé-Tung estão entre os que proibiram o povo de possuir armas”. Com essa assertiva, o leitor/eleitor é incitado, a partir da memória, a relacionar os líderes e seus respectivos governos, em face da história, que governaram com tirania e autoritarismo, conforme um imaginário que afeta os sujeitos em suas posições políticas.

Como diz Orlandi (2005, p. 31), a memória discursiva é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. As experiências de ditaduras, de governos autoritários, estão presentificadas nesse enunciado, o que leva o leitor a ter medo de que o mesmo aconteça no Brasil, caso o “sim” vença no referendo das armas.

Ademais, o enunciador *Veja* vale-se dos verbos no presente do indicativo, “é” e “estão”, que denotam uma certeza quanto a sua assertiva; não há espaço para a refutação.

Vale ressaltar que o enunciador prevê, no seu discurso, um conhecimento prévio por parte do seu público-alvo, da história, da política, dos valores, das crenças para que seus argumentos tenham êxito, levando-o a compactuar com o que a revista diz. Logo,

⁴ Conforme o dicionário *Eletrônico Aurélio* (2004), totalitário [Do it. *totalitario*.] Adjetivo. 1. Diz-se do governo, país ou regime em que um grupo centraliza todos os poderes políticos e administrativos, não permitindo a existência de outros grupos ou partidos políticos.

por meio desses elementos sócio-político-ideológicos, presentes no interdiscurso, o enunciador *Veja*, com essa estratégia, visa à adesão do público-alvo ao seu discurso, ou seja, a votar “não” ao desarmamento.

Na sequência, confira os trechos da revista *Istoé*:

- (03) Para ele, que dia 23 votará NÃO, a proibição das armas não combate a criminalidade. ‘Querem desarmar cidadãos honestos. E depois, que direito vão nos tirar? Enquanto eles fazem um carnaval pelo SIM, nós choramos nossos filhos mortos por armas ilegais’, revolta-se Damús. (*Istoé*, 12/10/2005, p. 66).

Aqui se ouve a voz que *fala* a partir de uma posição-sujeito, do empresário do setor de segurança,⁵ cujo voto será o “Não”, na matéria cujo título foi “SIM? NÃO? SÓ VOCÊ DECIDE.”

O entrevistado usa o pronome da 1ª pessoa do plural, indicando não ser um problema pessoal, mas de um grupo que se pressupõe ser leitor da revista. Utilizar o “nós” em vez de “eu” também confere um sentido de união daqueles que foram vitimados por armas ilegais.

A memória que é discursivizada pelo empresário relata que há outras interpretações para o “sim” do referendo das armas. Por meio da memória vêm à tona, atualizam-se, os processos sócio-históricos nos quais os cidadãos honestos, como um pai de família, que trabalha e cumpre com seus deveres, poderá ter um direito subtraído. Quando o entrevistado diz “querem”, “eles”, pressupõe-se o Governo, ONGs que fazem muito barulho, confusão, por algo que não será a solução. Ou seja, enquanto ele (o empresário) e outras pessoas tiveram para suas histórias um mesmo desfecho, “eles” (Governo, ONGs) não fizeram nada, isso sugere um não fazer no futuro com o “e depois?”, supõe-se também um “antes”: o direito de todo cidadão ir e vir em segurança, o que não aconteceu.

A partir de uma posição-sujeito, da qual *fala* o empresário, retornam acontecimentos, frustrações e revolta. Como nos lembra Souza (2000, p. 101), “é o esquecimento que se dá como função primitiva, apontando para os vetores de uma memória insistente, permanente, mas silenciosa [...]”. Dessa forma, os discursos cristalizados são reavivados no intradiscurso, que, por meio da memória discursiva, resistem aos esforços de silenciamento e apagamento.

No fragmento analisado em seguida, *Istoé* utiliza a mesma estratégia, recorrendo ao outro, o entrevistado, que *fala* a partir da posição-sujeito taxista, defende o voto “não”. Ele também foi vítima da violência, após ter sido rendido por bandidos e ficar por duas horas refém, ainda foi roubado:

- (04) ‘Não gosto de violência, mas se o ladrão sabe que você não tem como se defender, fica mais ousado. Devemos andar armados até os dentes porque a polícia está sucateada, despreparada ou corrompida. Estamos num verdadeiro inferno, onde cada um que tome conta de si e Deus proteja todos’. (*Istoé*, 12/10/2005, p. 66).

Essa sequência discursiva foi produzida pelo sujeito que ocupa a posição-sujeito jornalista e, a partir dela, *fala* o entrevistado; no novo discurso que veicula, enfatiza o

⁵ De acordo com a revista *Istoé*, o entrevistado Jorge Damús Filho, 50 anos, empresário do setor de segurança, teve o filho de 20 anos, estudante de jornalismo, morto por assaltantes em setembro de 1999.

seu apoio ao comércio de armas e munição.

Assim, o efeito de sentido que se almeja provém da leitura de que, na atual conjuntura do país, o cidadão deve possuir uma arma para se defender, haja vista a polícia não ser capaz de garantir a segurança. Temos o emprego de “não gosto de violência, mas [...]”, em que o “eu” procura salvar a face, e do operador argumentativo “mas”, por meio do qual se quebra a expectativa (ele seria favorável ao “sim”) e introduz um novo sujeito, representado por “você”, que procura incluir o outro, que julga compartilhar da mesma ideia. Fica evidente que a posição dele é categórica, pois deixa claro que, se for necessário, é preciso reagir, argumenta que “se o ladrão *sabe* que você não *tem* como se defender *fica* mais ousado” (grifo nosso). Utilizando os verbos “sabe”, “tem”, “fica” no presente do indicativo, mostra que é uma situação real, atual.

O emprego dos verbos na 1ª pessoa do plural, “devemos” e “estamos” faz pressupor que os demais leitores, cidadãos comuns como ele, compartilham do ceticismo no que tange à instituição policial do país. Os qualificativos “sucateada”, “despreparada”, “corrompida” são os argumentos a que recorre para fazer crer em seu discurso.

Nesse jogo discursivo para desqualificar a polícia e defender o uso das armas, outro recurso de interdiscursividade se dá com o enunciado “cada um que tome conta de si e Deus proteja todos”, paráfrase do provérbio que faz parte do imaginário popular. O enunciado é produzido por um novo acontecimento, que é o referendo das armas. Diante disso, por meio da memória discursiva, do interdiscurso, novo sentido se instala, um sentido possível a partir de um já significado: “Cada um por si, Deus por todos”; discurso este que se perpetua e que está presente na memória discursiva dos brasileiros. Como assevera Gregolin (2003, p. 56), quando fala dos enunciados que circulam sem marcas de autoria, cita como exemplos as máximas, provérbios, que se inscrevem na memória coletiva, na forma de um esquecimento da fonte, já que “o enunciado-fonte, de-subjetivando-se, desgruda-se de seu nome de autor, o exterior se esfumaça e não há mais como enxergá-lo nas brumas da história”.

Assim, presente na memória do povo brasileiro e presumivelmente comum ao público-alvo, o provérbio vai ao encontro do enunciado, na fala do entrevistado, do ceticismo no que concerne à segurança do país, pois não acredita na polícia brasileira e, se alguém quiser proteção, que opte pelas armas ou conte com a proteção Divina. Não há o que fazer, ou melhor, se o “sim” ao desarmamento vencer, só Deus para dar conta. Desse modo, a mensagem é vote “não” ao desarmamento.

Verificamos que *Veja* e *Istoé*, nessas sequências, por meio da memória, incitam os leitores a tomarem uma posição. Ambas, com o discurso político desqualificam a instituição policial e criticam o governo. Todavia, também verificamos que utilizam estratégias distintas para convencer seu público-alvo. *Istoé*, como estratégia discursiva recorre ao outro, o entrevistado, que foi vítima da violência, para proferir o seu discurso e continuar com a “imparcialidade” pretendida, à medida que *Veja* não se ampara somente nessa estratégia. Ela é parcial e não precisa utilizar dessa estratégia para proferir o seu discurso, não é o seu *perfil*.⁶

⁶ Com periodicidade semanal, abordando assuntos variados, *Veja* é a “última a falar” sobre assuntos que são notícias em outros meios de comunicação, assim, tem uma característica distinta, que permite lançar mão das novidades relevantes sob o seu ponto de vista. Ela não omite e não faz questão de parecer neutra,

Considerações finais

Depreendemos que, embora sejam revistas semanais de informação, com características análogas, *Veja* e *Istoé* apresentaram discursos e estratégias distintas sobre o mesmo assunto. *Istoé* mostrou um discurso coloquial, pois as razões que sugere para votar “sim” ou “não” são com base em depoimentos de cidadãos comuns, que exercem diferentes profissões, o que denota uma “verdade” que só faz fortalecer o seu discurso de “imparcialidade”, criando um efeito de distanciamento ao trazer distintas opiniões e, com frequência recorrendo ao “outro” para dar voz, ter credibilidade e continuar com o “mito” da “neutralidade” e “imparcialidade” que tanto defende.

Veja, por seu turno, foi opinativa e parcial, criando um efeito de aproximação, utilizou estratégias discursivas para convencer o leitor a crer no seu discurso, embasada em regimes políticos anteriores desqualifica o governo atual (2005) e a segurança pública no país, o que lhe confere veracidade e credibilidade; com o discurso autoritário sugeriu o que fazer.

Dessa forma, *Veja* e *Istoé*, por meio dos seus enunciados, recorrem à memória para afirmar a sua autopromoção, de que informam os fatos e cumprem o seu papel de mediadoras e formadoras de opiniões, bem como têm definido quem é o seu público-alvo, pois direcionam-se a leitores/eleitores específicos, mostrando uma certa intimidade, e, por serem revistas semanais de informação, mantêm um laço de empatia com seu público-alvo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.
- BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário Aurélio eletrônico*. 3. ed. 1. impressão. Positivo, 2004.
- FILHO, Aziz; FONSECA, Celso; HOLLANDA, Eduardo; CARUSO, Marina. Sim? Não? Só você decide. *IstoÉ*, nº 1878, p. 60-70, 12 de out. 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Tradução de L. F. Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005 (1969).
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIN, M. R ; BARONAS, Roberto (orgs). *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. 2. ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2003.
- HERNANDES, Nilton. *A revista Veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica*. Salvador: Edufba; Maceió: Edufal, 2004.
- _____. *A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para*

pois tem um “perfil”, como postula Hernandez (2004, p. 178), “*VEJA* assumiu com agressividade essa missão de querer dar a palavra final sobre tudo”.

captar e manter a atenção do público. São Paulo: Contexto, 2006.

KLINTOWITZ, Jaime. Referendo da Fumaça. *Veja*, edição 1925, ano 38, nº 40, p. 76-88, 5 de out. 2005.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (org). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas – SP: Unicamp, 1994, p.55-64.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

SOUZA, Pedro de. O esquecimento como condição da memória: a identidade em desabamento no ato do dizer. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria C.C (orgs). *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

SITE da Diretoria de Publicidade da Editora Três. Disponível em: <http://editora3.terra.com.br/publicidade_portugues/istoe/apresentacao.htm>. Acesso em: 15 jun. 2007.